

O ano começou com outras grandes descobertas

Petrobras e outras companhias internacionais comemoram descobertas importantes nos primeiros meses do ano.

A Repsol fez descobertas nas cinco áreas consideradas chave para a exploração no seu Plano Estratégico 2008-2012, que inclui o Brasil. Ainda em 2009, a companhia prevê a perfuração de 35 poços exploratórios, mantendo assim o ritmo marcado durante o ano passado, quando a companhia alcançou o recorde de 40 poços. A Repsol é considerada a segunda companhia do Brasil em domínio mineiro exploratório *offshore* e tem participação em 24 blocos, 11 deles como companhia operadora.

Além de descobertas de gás no Marrocos e na Argélia, e a primeira descoberta *offshore* na Líbia, a Repsol, junto com a Petrobras, anunciou a descoberta no poço Iguazu, localizado na Bacia de Santos. O poço está situado na área BM-S-9, a 340 km da costa do estado de São Paulo e em lâmina d'água de 2.140 m. Ele está na mesma área de avaliação dos megacampos de Carioca e Guará. O consórcio descobridor, formado por Petrobras com 45% (operador), Repsol com 25% e BG Group com 30%, continuará com o Plano de Avaliação da área e prevê a perfuração de um novo poço nos próximos dias. Os primeiros resultados das provas realizadas em Iguazu mostram indícios de óleo leve em profundidade de aproximadamente 4.900 m.

Em abril as duas parceiras tiveram também confirmada a viabilidade econômica da descoberta Piracucá, ocorri-

da no mês de janeiro no bloco BM-S-7, em águas rasas da Bacia de Santos. Trata-se de uma jazida de óleo leve e gás, com um volume preliminar *in situ* estimado pela Petrobras, a empresa operadora do consórcio exploratório do campo, em 550 milhões de barris de óleo equivalente. O Bloco BM-S-7 encontra-se a 218 km ao sul da cidade de Santos, na costa do estado de São Paulo. A jazida está localizada a 3.967 m de profundidade, em lâmina d'água de 214 m. O consórcio exploratório, formado pela Repsol, com participação de 37%, e pela Petrobras, companhia operadora, com 63% dos interesses, apresentou à Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) a declaração de comercialidade da jazida, feita em conformidade com o Contrato de Concessão do Bloco BM-S-7 e com o prazo definido no Plano de Avaliação submetido à ANP.

A ExxonMobil também anunciou em março, sua segunda descoberta na Bacia de Santos, está localizada no bloco BM-S-22. Operado pela petroleira americana, que detém 40% de participação e tem como sócios no projeto a empresa norte-americana Amerada Hess (40%) e a Petrobras (20%), o bloco é o único da região não operado pela Petrobras. De acordo com a notificação feita pela Exxon à ANP, haveria indícios de hidrocarbonetos (óleo) a uma profundidade de 2.223 m abaixo da superfície do mar. Para especialis-

tas, Azulão, como foi batizada preliminarmente a área, pode conter reservas iguais ou maiores do que as de Tupi, que já teve reservas estimadas pela Petrobras em 5 bilhões a 8 bilhões de barris de petróleo. Segundo a Exxon, o trabalho de avaliação das reservas levará ainda algum tempo. Um segundo poço na região deve ser perfurado ainda este ano.

Também na Bacia de Santos, a BG Group descobriu, em abril, a existência de indícios de hidrocarbonetos no poço exploratório 6-BG-6P-SPS, conhecido como Corcovado-1, localizado em águas profundas em reservatórios do pré-sal, na área de concessão BM-S-52, na Bacia de Santos. A descoberta está localizada em local onde a profundidade é de 800 m e a aproximadamente 130 km de distância da costa do estado de São Paulo. O consórcio é formado pela Petrobras (60%) e pela BG Group (40%, operadora durante a fase exploratória).

Mais uma descoberta foi anunciada em abril: a do consórcio que tem a Starfish Oil & Gas, como operadora, e a Petrobras, que encontrou petróleo no bloco POT-T-748, na parte sudeste da Bacia Potiguar, no bloco baixo da Falha de Carnaubais. A perfuração do poço 1-STAR-10-RN (Carnaúba-1-RN), concluída em fevereiro, resultou na descoberta de dois reservatórios siliciclásticos da Formação Alagamar - Membro Upinema. Eles estão entre 430 a 445 m de profundidade, boas características petrofísicas e saturados de petróleo. Testes de formação efetuados no poço apresentaram vazões de 72 e 66 barris por dia de óleo de 27° API em cada um dos reservatórios. Testes de longa duração (TLD) e estudos adicionais de reservatório estão programados ainda para este ano. ■

Noble Denton tem novo escritório no Rio

COM UMA ESTRATÉGIA AGRESSIVA de crescimento, o grupo Noble Denton, que atua no mercado *offshore* e de consultoria marítima, inaugurou um novo escritório no Rio em maio. O gerente geral da Noble Denton no Brasil, Andrew Theophanatos, explica que a empresa tem crescido rapidamente no Brasil nos últimos anos e que a mudança de escritório faz parte dos planos de expansão na América Latina.

"O Brasil representa uma das regiões mais ativas na prestação de serviços de exploração e produção *offshore*, especialmente em águas profundas. Com este novo escritório, estaremos melhor equipados, assegurando mais benefícios aos nossos colaboradores e clientes", destaca o executivo. A carteira de clientes da empresa na região é integrada pela Petrobras, Quip, Acergy, Repsol YPF, BG, Queiroz Galvão, Odebrecht, KeppelFels,

Technip, Global Industries, Superpesa, Transocean e Noble Drilling, entre outras.

A meta da empresa, que hoje emprega 28 profissionais no Brasil, é ter 40 a 50 funcionários até o final do ano, e chegar a 80 nos próximos três anos. Eles atuarão na prestação de serviços de engenharia & consultoria para FPSOs/FPUs, *subsea*, transporte e instalação, inspeções marítimas, gerenciamento de projetos e de riscos, operações marítimas e SMS (Segurança Meio Ambiente e Saúde). ■



Foto: Steferson Faria, Petrobras

O primeiro óleo do gigante Tupi

O DIA DO TRABALHADOR NO Brasil, o 1º de maio, agora é também o marco histórico da indústria brasileira de petróleo. Neste dia, em clima de festa nacional, a Petrobras e as parceiras Galp e BG deram a partida no Teste de Longa Duração (TLD) de Tupi, na Bacia de Santos. Iniciou-se assim a produção antecipada da maior jazida de petróleo já descoberta no país, com 5 a 8 bilhões de barris de óleo equivalente (boe) – soma do petróleo e do gás natural.

O óleo de 28 graus API começou a ser extraído pelo FPSO BW *Cidade de São Vicente*, que durante 15 meses vai processar diariamente até 30 mil barris de petróleo e um milhão de m³/dia de gás natural, ficará ancorado em águas ultraprofundas (2.140 m de profundidade). O presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva quase foi à plataforma, situada a 290 km da costa do Rio de Janeiro, para dar início ao TLD. Mas, devido a previsões de fortes ventos, acabou participando da solenidade realizada para comemorar o feito, na Marina da Glória, espaço nobre do Aterro do Flamengo.

O primeiro óleo de Tupi foi retirado na presença do ministro de Minas e Energia, Edison Lobão, do presidente da Petrobras, José Sérgio Gabrielli, de toda a diretoria da companhia, e de representantes dos sócios no bloco exploratório, BG e Galp Energia. Pela manhã, em dois helicópteros, eles foram ao FPSO BW *Cidade de São Vicente*, para assistir à extração do primeiro óleo de Tupi. À tarde, todos ves-

tidos com o macacão laranja típico de petroleiros embarcados, os executivos da Petrobras, o ministro e demais companheiros da comitiva entregaram a amostra ao presidente Lula, na Marina da Glória.

O FPSO instalado para o TLD estará ligado a dois poços, um de cada vez, por aproximadamente seis meses cada um. O tempo restante será para remanejamento das linhas de produção e análises complementares.

No final de 2010, concluído o TLD, entrará em operação o Projeto-Piloto de Tupi, que terá capacidade para produzir e processar diariamente 100 mil barris de óleo e 4 milhões de metros cúbicos de gás. O primeiro módulo definitivo do projeto de desenvolvimento da área poderá ser uma extensão do projeto-piloto.

Extração de informações – O TLD de Tupi possibilitará à Petrobras, nestes 15 meses de sua duração, recolher dados fundamentais para ampliar o conhecimento da estatal e de suas parceiras em relação a este reservatório. As informações obtidas a partir deste teste vão subsidiar o corpo técnico da Petrobras para os futuros projetos de desenvolvimento da produção dessa gigantesca província, que configura uma das maiores descobertas já feitas pela indústria do petróleo. O pré-sal foi descoberto depois que, em 2003, a Petrobras diversificou seus trabalhos exploratórios em mar para norte e sul do núcleo central da Bacia de Campos. ■



Esso

Esso volta à mídia

A COSAN
COMBUSTÍVEIS E
Lubrificantes,

responsável pelos ativos de distribuição de combustíveis da Esso, traz a marca de volta à mídia, depois de seis anos ausente. Um investimento importante para reativar uma das marcas mais tradicionais do país. “Com o conceito ‘Esso. Nossa tecnologia leva você até lá’, a companhia pretende reforçar os atributos de marca forte e confiável, aproveitando a chancela de ser fornecedor exclusivo de combustíveis para a Stock Car”, explica Leonardo Linden, diretor de Marketing de Combustíveis.

A aquisição da Esso foi concluída em dezembro do ano passado pela Cosan, consolidando-a como a primeira companhia 100% verticalizada do setor, atuando desde o plantio da cana-de-açúcar até a distribuição e comercialização de combustíveis no varejo.

Posicionada entre as quatro maiores distribuidoras de combustíveis do país, a Cosan CL possui uma rede de distribuição com mais de 1.500 postos em todas as regiões do Brasil. No total, os postos e os clientes industriais da companhia são responsáveis pela comercialização anual de 5 bilhões de litros de etanol, gasolina e diesel, 160 milhões de m³ de GNV e 127.000 m³ de lubrificantes.

Criação da Lew'Lara\TBWA, a campanha terá uma estratégia integrada de comunicação, envolvendo TV, rádio, jornais, revistas e internet, entre outros. ■



Foto: Divulgação

Petroquímica ganha acesso ao CTPetro

Foram seis anos de espera, mas finalmente o setor petroquímico ganhou um *green card* para acessar os recursos do CTPetro (Fundo Setorial do Petróleo e Gás), com a promulgação da Lei 11.921, no dia 13 de abril de 2009.

A nova lei, decorrente de projeto apresentado no Senado em 2003, inclui a indústria petroquímica de primeira e segunda geração (que produz matérias-primas básicas como eteno, propeno e resinas termoplásticas) nas definições técnicas da Lei 9.478, que em 1997 extinguiu o monopólio, abrindo espaço para a entrada de novos *players*. Soluções para a prevenção e a recuperação de danos causados ao meio ambiente pelas indústrias de petróleo, gás natural, biocombustíveis e petroquímicas de primeira e segunda geração também poderão ser beneficiadas com recursos deste fundo setorial.

O CTPetro foi o primeiro fundo setorial, criado em 1999, do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), do Ministério de Ciência e Tecnologia, que hoje tem 14 fundos setoriais. Um dos objetivos dessa fonte de recursos é induzir os investimentos privados em ciência e tecnologia (C&T), por meio de parcerias entre o setor produtivo e as universidades ou centros de pesquisa.



O secretário executivo do Instituto Brasileiro de Petróleo (IBP), **Álvaro Teixeira**, comemora a vitória, lembrando que um dos grandes artífices foi Antonio Sergio Fragomeni, coordenador de Projetos Especiais da Petroquisa e companheiro de atividades do Programa de Mobilização da Indústria Nacional de Petróleo e Gás Natural (Prominp).

“Quando o Fragomeni solicitou o apoio do IBP para que o setor petroquímico pudesse ser contemplado com recursos do CTPetro, ele levantou uma importante questão: a drástica redução de pesquisas no setor petroquímico por parte das universidades devido à falta de recursos financeiros e o consequente



distanciamento das empresas, justamente por não encontrarem mais nas instituições de pesquisa o ambiente propício para desenvolvimentos conjuntos, o que estava afetando a competitividade da petroquímica brasileira”, lembra Teixeira.

O que mudou foi o retorno da Petrobras ao setor, uma vez que ela é tradicional investidora em atividades de pesquisa e desenvolvimento (P&D). “Este retorno requeria que tal cenário fosse efetivamente modificado e uma das ações imediatas seria a recomposição da infraestrutura de pesquisas para o setor petroquímico. Para tanto, seria necessário que recursos financeiros fossem aportados. E este papel não caberia exclusivamente às empresas”, salienta o executivo do IBP.

Foi quando o IBP passou a apoiar a gestão junto ao Poder Legislativo para aprovação do projeto de lei que abria a possibilidade de uso dos recursos do CTPetro para pesquisas no setor petroquímico. Paralelamente à ação parlamentar, o IBP trabalhou junto à Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), para obter igual benefício em relação à Cláusula de Investimentos em P&D constante dos Contratos de Concessão – e que foi aprovado em 21 de agosto de 2007.

“Estas duas fontes de financiamento representam uma grande oportunidade para que as instituições de pesquisa possam recolocar a petroquímica brasileira em posição de competitividade internacional, gerando empregos e reduzindo os possíveis impactos ambientais decorrentes de sua atividade.

É assim um ganho para toda a comunidade e uma esperança para o crescimento do setor”, afirma Teixeira.

Inovar é preciso – Estimular a inovação na cadeia produtiva do setor de petróleo e gás natural é um dos objetivos do CTPetro, além da formação e qualificação de recursos humanos e o desenvolvimento de projetos em parceria entre empresas e universidades, instituições de ensino superior ou centros de pesquisa.

Com origem nos *royalties* pagos pela indústria de petróleo (25% do valor que exceder a 5% da produção de petróleo e gás natural), os recursos do CTPetro financiam projetos de inovação tecnológica. Ou seja, projetos que contribuam para o aumento da produção e da produtividade, a redução de custos e preços e a melhoria da qualidade de produtos.

A nova lei foi promulgada depois da aprovação do Projeto de Lei do Senado – PLS 268/03 –, de autoria do senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA) pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), em decisão terminativa – que tem valor de uma decisão do Senado e não precisa ir a plenário. Ele defendeu a necessidade de elevação do grau tecnológico do setor petroquímico, destacando que o incentivo à pesquisa e tecnologia é a forma mais adequada de tornar essa indústria mais competitiva no mercado externo.

A proposta aprovada pela CAE inclui emenda do relator, senador Delcídio Amaral (PT-MS), para ampliar os recursos originalmente previstos para as pesquisas e o desenvolvimento de produtos na indústria petroquímica: além dos *royalties* sobre a lavra de petróleo e gás no continente, contará ainda com recursos da exploração em áreas da plataforma continental. A proposta também já havia recebido emenda anterior, estimulando pesquisas que ajudem a preservar o meio ambiente diante de eventuais impactos causados pela indústria do petróleo.

“Resta agora acompanhar as ações dos gestores do CTPetro, o Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) e a Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) quanto à destinação de parte de seus recursos para atender a nova Lei, bem como a realização de chamadas públicas PED e inovação para a Petroquímica”, conclui o dirigente do IBP. ■